

**A CULTURA DO CACAU NO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA:
uma notícia histórica¹**

**THE COCOA CULTURE IN THE 19TH CENTURY GRÃO-PARÁ:
historical news**

**EL CULTIVO DE CACAO EN EL SIGLO XIX EN GRÃO-PARÁ:
noticias históricas**

José Maia Bezerra Neto²

Resumo

O presente texto visa tratar da cultura do cacau no contexto da escravidão, do agroextrativismo e da policultura na Amazônia, destacadamente no Grão-Pará, no século XIX. Apesar da importância dessa cultura desde o século XVII, sendo o cacau a principal *commodity* grão-paraense até meados do século XIX e desde então a segunda mais importante, a produção cacaueteira tem sido pouco estudada pela historiografia, cujo foco tem sido sobre a economia da borracha, quando muito sobre os engenhos de açúcar. Enfim, dentro de uma compreensão mais ampla, a história econômica, a história da agricultura, ou, ainda, a história da escravidão na região amazônica trata o cacau como parte de um todo e não como foco de seus estudos, limitando suas análises quando muito até a década de 1860. Compreendendo então a importância do cacau no Grão-Pará, no período de 1820-1888, dentro do marco temporal do Império, se apresenta este artigo, crendo que possa contribuir para uma melhor compreensão da história social da região amazônica grão-paraense, incluindo a perspectiva econômica.

Palavras-chaves: Cacau, Amazônia, Agroextrativismo, Policultura, Escravidão.

Abstract

This text focuses the cocoa culture in the context of slavery, agroextractivism and polyculture in the Amazon, especially in Grão-Pará, in the 19th century. Despite the importance of this culture since the 17th century, with cocoa being the most important commodity from the Grão-Pará in the first half of the 19th century and since then the second most important, cocoa production has been little studied by historiography, whose focus has been on the economy of rubber, or about sugar canes plantations. Thus, the studies of the economic history, the history of agriculture, or the history of slavery in the Amazon region, within a broader understanding, has not focused the cocoa culture as the privileged object of his investigations, but as part something bigger. These studies also limit his analyzes until the 1860s. Understanding the importance of cocoa in Grão-Pará, in the period of 1820-1888,

¹ Este artigo faz parte das investigações realizadas dentro do projeto de pesquisa: “Cacau na Amazônia: Agroextrativismo, Policultura e Escravidão (Grão-Pará, 1820-1888)”, financiado pelo CNPq com Bolsa de Pesquisa/Produtividade e pela UFPA com carga horária, além de bolsas PIBIC/CNPq.

² Professor Associado da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/PPHIST da UFPA. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará-IHGP. E-mail: jmbn25@gmail.com

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

within the context of the Empire of Brazil, this article is presented, believing that it can contribute to a better understanding of the social history of the Amazon, region of Pará, including the economic perspective.

Keywords: Cocoa, Amazon, Agroextractivism, Polyculture, Slavery.

Resumen

Este texto tiene como objetivo abordar la cultura del cacao en el contexto de la esclavitud, el agroextractivismo y el policultivo em la Amazonía, especialmente em Grão-Pará, em el siglo XIX. Desde el siglo XVII el cacao fue el principal produto de exportación hasta mediados del siglo XIX, y, desde entonces, el segundo más importante, pero la producción de cacao em el siglo XIX has sido poco estudiada por la historiografía, cuyo enfoque se há centrado em la economía de caucho, cuando no de los ingenios azucareros. Por lo tanto, a pesar de que aborda la historia econômica, la historia de la agricultura o la historia de la esclavitud em la región amazónica, dentro de uma comprensión más amplia, la historiografía trata el cacao como parte de um todo y no como el foco de su interés. Estudios cuyos limites cronológicos de su análisis no exceden la década de 1860. Entendiendo entonces la importância del cacao em Grão-Pará, em el período de 1820-1888, dentro del marco temporal del Imperio, se presenta este artículo, creyendo que puede contribuir a uma mejor comprensión de la historia social de la región amazónica, particularmente de Grão-Pará, incluída la perspectiva económica.

Palabras clave: Cacao, Amazonía, Agroextractivismo, policultivo, esclavitud.

Apesar da importância da cultura do cacau na Amazônia portuguesa, depois brasileira, desde o século XVII, sendo o cacau a principal *commodity* grão-paraense até meados do século XIX e desde então a segunda mais importante, face o crescimento dos negócios da borracha, a relevância da produção cacaueira na Província do Grão-Pará oitocentista (século XIX) tem sido pouco estudada pela historiografia, cujo foco tem sido sobre a economia da borracha, quando muito sobre os engenhos de açúcar. Desta forma, ainda que aborde a história econômica, a história da agricultura, ou, ainda, a história da escravidão na região amazônica, dentro de uma compreensão mais ampla, a historiografia trata do cacau como parte de um todo e não como foco de seus estudos, limitando suas análises mais pontuais quando muito até a década de 1860. Compreendendo então a importância do cacau no Grão-Pará, no período de 1820-1888, dentro do marco temporal do Império e da escravidão, se apresenta este artigo, crendo que possa contribuir para uma melhor compreensão da história social da região amazônica grão-paraense, incluindo a perspectiva econômica.

ABUNDANTE E IMPORTANTE: A CULTURA DO CACAU NO GRÃO-PARÁ

Em 8 de outubro de 1888, nas páginas do jornal paraense *Diário de Notícias*, em denúncia dirigida ao presidente da província do Grão-Pará, fora dito que a firma Feio & Irmão havia requerido a compra da ilha de

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

Aruans, no 4º distrito de Mazagão, no atual território do Amapá. Segundo o denunciante, o direito de compra cabia aos antigos moradores da ilha, devendo ser “preferidos os antigos habitantes d’ella e não que extranhos venham esbulhal-os do direito que lhes assiste”. Conforme a denúncia, a ilha era ocupada por diversos habitantes, entre eles desde 1856 “Antônio Francisco da Vera Cruz, com fabrico de borracha e cerca de dous mil pés de cacaoeiros; e Innocencio J. Roberto com suas plantações, e também fabrico de borracha” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20/10/1888, p. 02). Nesta denúncia, não me importa a informação sobre o fabrico da borracha, mas o que diz acerca das plantações de cacau (cacau manso), embora houvesse a possibilidade do cacau não ser cultivado (cacau bravo). Produtos nativos da região amazônica, a borracha, desde a segunda metade do século XIX, e o cacau, desde o período colonial e ao longo de todo o oitocentos, foram as duas mais importantes *commodities* na pauta das exportações do Pará. Sendo importante observar que a existência e exploração de um não implicava o abandono do outro, coexistindo as seringueiras nativas e o as plantações de cacau.

Ainda no século XVII, apenas algumas décadas após a fundação de Belém pelos portugueses, o cacau agreste, ao lado de outros produtos da floresta, como o cravo, já despontava. Segundo Rafael Chamboluleyron: “As primeiras tentativas sistemáticas para o plantio do cacau começaram na década de 1670, em grande medida iniciadas pelos moradores – como João de Ornelas da Câmara – e incentivadas ao mesmo tempo pela Coroa”. Lembrando ainda que: “Alguns autores têm apontado o papel dos padres da Companhia de Jesus como pioneiros do cultivo e exploração do cacau na região amazônica” (CHAMBOULEYRON, 2012, p. 01).³ De qualquer forma, só em fins do século XVII, apesar dos interesses e incentivos da Coroa portuguesa, o cultivo do cacau conheceu alguma importância. Sendo exemplo disto, que, entre “a década de 1690 e meados dos anos 1720, portanto, antes do incremento da economia cacauera na Amazônia, há referência a 65 sesmarias dedicadas, embora não exclusivamente, ao cultivo do cacau.” Sendo que “em 16 dessas terras os moradores alegavam não ter ainda plantação de cacau, mas tencionavam fazê-lo” (CHAMBOULEYRON, 2012, p. 04).

No século XVIII, principalmente a partir da década de 1730, quando se tem informações sobre a produção e comércio do cacau,⁴ este se tornou o principal produto exportado pela Amazônia portuguesa. A partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), durante o consulado pombalino no reinado de Dom José I (1750-1777), havendo de forma mais efetiva e regular a navegação entre Belém e Lisboa, bem como com a introdução de africanos escravizados de forma mais constante, grande parte deles

³ Uma versão ampliada deste texto já foi publicada. Ver CHAMBOULEYRON (2014a, v. 1, pp. 19-40).

⁴ Além do trabalho de Chamboluleyron já citado, acerca da economia cacauera no século XVII e primeiras décadas do século XVIII, ver: CHAMBOULEYRON (2014b); CHAMBOULEYRON (2014c); CHAMBOULEYRON, LIMA, IGLIORI (2009); CHAMBOULEYRON, ARENZ (2017).

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

dirigido para as atividades agroextrativistas na região amazônica, entre os quais a coleta e principalmente o cultivo de cacau,⁵ as atividades cacauceiras já importantes no período de 1730 a 1755 continuariam mantendo sua importância, sendo o cacau sendo a principal *commodity* amazônica. Sobre o período de 1730 a 1822, Alden, que fez o mais importante estudo sobre a economia cacauceira para a maior parte do século XVIII e primeiras décadas do oitocentos, já havia afirmado que:

“By the early 1730's cacao had become the Amazon's dominant export staple, a position it would continue to occupy for longer than a century. The years between 1730, when export statistics first become available, and 1822, when Brazil attained independence, may be divided in to three distinct periods. For lack of better terms, the first, lasting until 1755, may be called the first era of free trade. The second, extending from 1756 to 1777, was a period of monopoly, when the economy of the Amazon region was controlled by the famous Companhia do Grão-Pará e Maranhão. That control ceased in 1778, when the company was unable to secure renewal of its charter and another era of free trade began.” (ALDEN, 1976, p. 19).

Em relação ao primeiro período (1730-1755), segundo Alden, as exportações de cacau chegaram a representar 96,6% de toda a exportação em 1736, sendo 1755 o ano em que o cacau apresentou seu índice mais baixo, no total das exportações, perfazendo 43,5%. Embora para quase todos os anos desse período, o cacau quase sempre representasse percentual elevado no total do volume exportado. No período subsequente, 1756-1777, sob a companhia de comércio pombalina, jamais foram alcançados índices tão altos quanto na fase anterior, tendo o cacau representado em média 61% das exportações. O que não quer dizer diminuição da importância do cacau, mas crescimento da participação de outros produtos agroextrativistas. Já, para o último período de 1776 até 1822, sob o retorno do livre comércio, as exportações de cacau, em média, representariam 50,39%, embora nem todos os anos estivessem sendo considerados (1778 a 1795 e 1807 a 1821 não constam). Ao findar o período colonial, o cacau continuaria sendo a mais importante *commodity* grão-paraense. Sobre o que, inclusive, dissera ainda Alden: “Cacao continued to be a prime export from the Amazon for another two generations.” (1976, p. 131).

Sobre a importância do cacau para além dos números, aos quais voltarei depois, existem diversos relatos. Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, publicado em 1839, mas escrito alguns anos antes, já citava, entre os vários produtos exportados pelo Grão-Pará, nos anos de 1789 a

⁵ Sobre a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, bem como sua importância para o fomento pombalino da agricultura, transporte marítimo e tráfico de escravos, ver: DIAS (1970). Ver também: CARRERA (1988). Ainda sobre o período, ver SOUZA JÚNIOR (2013); COSTA (2010). Sobre o estabelecimento do tráfico de forma regular e efetiva pela

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

1827, a borracha e o cacau. A borracha então sem importância maior. O cacau, por sua vez, a principal *commodity*. Nativo da região, o cacauzeiro – *Theobroma cacao* – existia abundante de forma silvestre, sendo coletado em grandes quantidades. Nas últimas décadas do século XVIII, ao lado do cacau colhido, crescia então a quantidade de cacau cultivado (BAENA, 2004). A abundância do cacau na Amazônia também foi registrada por Ferdinand Denis, em sua *Histoire du Brésil*, publicada em 1833, fazendo referência ao cacau cultivado quando tratou do estado da agricultura no Brasil. Informando ainda, para os anos de 1818, 1819 e 1820, que o cacau estava entre os principais produtos exportados pelo Brasil (DENIS, 1833, pp. 33, 35, 51).

No período posterior a 1822, a importância da cultura do cacau também fora observada, por exemplo, pelos viajantes William Smyth e F. Lowe, que durante 8 meses e 10 dias viajaram pela região amazônica, ao longo dos anos de 1834 e 1835 (SMYTH; LOWE, 1836, pp. 278, 284, 287, 294). Já Comte de Suzannet, em sua obra *Souvenirs de Voyages*, de 1846, havia dito então: “Nós poderíamos coletar, em abundância, em torno de Santa Maria [de Belém, capital do Pará], borracha e cacau” (1846, p. 426). Algumas décadas antes, os viajantes Spix e Martius já haviam notado a presença de cacauzeiros na própria capital paraense, quando em 25 de julho de 1819, avistaram Belém “com seu casario asseado, a catedral e o palácio, por entre o verde-escuro dos cacauzeiros e a orla de resplandecente verde de numerosas ilhas”(SPIX; MARTIUS, 1976, p. 266).

Em 1847, William H. Edwards, relatando sua viagem pelo rio Amazonas e estadia no Pará, também informou acerca da cultura cacauzeira, ao passo que já indicava um crescimento dos negócios da borracha (EDWARDS, 1847). Em 1848, o engenheiro e senador José Saturnino da Costa Pereira, em seu: *Apontamentos para a formação de hum roteiro das costas do Brasil*, dizendo que “Belém he commercial”, querendo destacar a importância de sua praça mercantil, informava que a exportação paraense incluía produtos de origem agrícola e extrativista, portanto agroextrativistas, entre os quais cacau, café, arroz, algodão, açúcar, aguardente; bem como salsaparrilha, cravo do Maranhão, madeiras e goma elástica ou borracha (PEREIRA, 1848, pp. 220-221). De fato, em meados do século XIX, Belém estava entre as principais praças comerciais brasileiras, muito em função do aumento dos negócios da borracha, que começava a se destacar nas exportações da região amazônica a partir da década de 1850. No entanto, sobre a importância social e econômica da borracha na região amazônica, particularmente na segunda metade do século XIX, muito já se escreveu, ainda que sempre possíveis novas

Companhia pombalina, e, portanto, o estabelecimento da escravidão africana na região amazônica, ver: BEZERRA NETO (2012).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 07, Dossiê “História da alimentação e do abastecimento na Amazônia”, p. 27 - 49 Maio / 2020.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

abordagens.⁶ Até porque, entre as décadas de 1820 e 1880, apesar do crescimento da borracha exportada, o cacau teve sua importância econômica.

Segundo os dados arrolados por William Scully, editor do *Anglo-Brazilian Times*, no período de 1840 a 1850, o cacau tanto no volume de arrobas, quanto nos valores em mil-réis, foi o principal produto de exportação grão-paraense. Entre 1850 e 1863, à exceção de 1854-1855, o cacau continuou sendo em volume de arrobas exportadas o mais importante produto, embora perdendo a primazia para a Borracha em relação à exportação em valores de mil-réis, exceto entre 1857-1858 (SCULLY, 1866, pp. 36-37, 39). A valorização crescente da goma elástica no mercado internacional favorecia esta inversão em relação ao valor das exportações em mil-réis. Até 1864, ao que tudo indica, o cacau exportado em arrobas fora superior em relação à borracha. A partir de 1865, não somente em mil réis, mas também em arrobas, a borracha passaria a ser a principal *commodity*, segundo dados apresentados pelo Presidente da província do Grão-Pará Joaquim Raymundo de Lamare. No entanto, segundo Lamare, não haveria uma diminuição do volume de arrobas e de valores em mil-réis do cacau exportado, ao contrário. No quinquênio de 1848 a 1852, 1.097.643 arrobas de cacau foram exportadas, somando 2:469:008\$048; no quinquênio seguinte, entre 1853-1857, houve a diminuição de arrobas exportadas para 925.136, ainda que havendo aumento nos valores em mil-réis exportados, totalizando 3:218:879\$259, o que indicaria uma alta nos preços do cacau. Já no terceiro quinquênio, entre 1858 e 1862, as arrobas de cacau exportadas voltaram a subir, perfazendo 1.213.067, havendo um aumento bem maior nos valores apurados, mais de 100%: 6:469:647\$222; ao passo que, no quinquênio de 1863 a 1867, houve decréscimo no volume de arrobas para 1.108.117, mesmo assim superior aos dos primeiro e segundo quinquênios, sendo então apurados 6:284:203\$103 (GRAM-PARÁ, 1868, p. 28).⁷ A cultura cacaeira e o cacau, portanto, não haviam necessariamente perdido importância.

⁶ Sobre os estudos acerca da borracha, ver, por exemplo, SANTOS (1980). Bem como: WEISTEIN (1993). Havendo ainda o importante estudo de OLIVEIRA FILHO (1979). Bem como o livro de DEAN (1989). Para um estudo sobre a sociedade e economia da borracha e o processo de reurbanização de Belém e Manaus, ver, respectivamente: SARGES (2000) e DIAS (1999). Para uma releitura da economia da borracha e a agricultura, ver: BATISTA (2004); MACÊDO (2014) e BEZERRA NETO (2009).

⁷ Francivaldo Nunes, em seu estudo sobre a agricultura na Amazônia oitocentista, embora apresente outra abordagem em relação aos números de arrobas de cacau exportadas, corrobora o que vai sendo afirmado aqui. Neste sentido, segundo Nunes, ainda que o volume de cacau exportado pelo Grão-Pará tenha conhecido entre os anos de 1847 e 1852 uma queda de sua produção para 131.615 arrobas, comparado aos períodos finais do século XVIII, quando entre 1780 e 1789, atingiu 619.238 arrobas, e entre 1790 e 1800, alcançara 810.338 arrobas, um novo crescimento ocorreu se adentrando a década de 1850. Segundo Nunes, “925.136 arrobas nos anos entre 1852 a 1857, pequena redução na exportação para 707.294 arrobas no quinquênio seguinte e crescimento entre os anos de 1862 e 1867, exportando um volume de 1.108.117 arrobas, o maior de todo o período registrado”. NUNES (2014, p. 07).

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

Nos anos seguintes, a importância da cultura do cacau se manteria, ocupando o segundo lugar na pauta de exportações da província do Grão-Pará. O livreiro Carlos Seidl, por exemplo, em seu *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso*, publicados entre os anos de 1868 e 1873, informava que em 1868 foram exportadas 199.566 arrobas de cacau, ao passo que, em 1869, seria da ordem de 163.823 arrobas. Já em 1870, Seidl informa ter sido a exportação da ordem de 3.464.355 quilogramas. Transformando em arrobas, teríamos então 230.957 (SEIDL, 1871, pp. 193, 216).⁸ Para o ano de 1871, foram exportados 4.433.472 quilos, equivalente a 295.564 arrobas, informando ainda que fora apurado em mil-réis 1:615:183\$083 (SEIDL, 1873, p. 286). Na década de 1880, o cacau continuaria sendo a segunda mais importante *commodity* na pauta de exportações do Grão-Pará. Entre 1881 e 1888, o volume de cacau exportado em arrobas somou 2.453.251 arrobas.⁹

O cacau amazônico fora exportado de modo contínuo ao longo de todo o século XIX, sendo a França o principal mercado importador, seguida por Portugal, Hamburgo (Alemanha), Gênova (Itália), Inglaterra e Estados Unidos. Em 1868, por exemplo, o presidente provincial Lamare informava que, em mil-réis, o cacau havia representado a soma de 1,752:560\$388 de toda a exportação da província para o mercado francês, cujo total representava 2,013:487\$828. No caso de Portugal, o cacau também representava parte considerável dos valores negociados, representando 333:379\$743 de um total de 803:198\$130. Da mesma forma que representava o principal produto exportado para Hamburgo e Gênova, sendo a sua venda para a Inglaterra e Estados Unidos, principais mercados importadores da borracha e da castanha-do-Pará, de menor importância (GRAM-PARÁ, 1868, p. 27). Embora, seja verdade, ainda falte uma maior pesquisa e consolidação dos dados sobre a exportação do cacau em relação aos seus principais mercados consumidores, o que poderá permitir compreender melhor a importância econômica do cacau, se for considerado, tomando como referência o ano de 1868, que a França, principal mercado importador do cacau era um consumidor de menor importância da borracha, largamente consumida pela Inglaterra, ainda que reexportando-a, e pelos Estados Unidos (GRAM-PARÁ, 1868, p. 27). Ou seja, sem o cacau o volume de exportações amazônicas para o mercado francês seria bem menor.

A importância da produção e exportação do cacau amazônico pode também ser percebida em relação ao império brasileiro, para além da realidade grão-paraense. Ao longo do século XIX, a Amazônia fora a principal produtora e fornecedora do cacau brasileiro exportado. Embora o cacau cultivado no sul da Bahia, iniciado com o plantio do cacaueiro de origem amazônica em fins do século XVIII, em 1780, já estivesse entre os produtos e

⁸ Para transformação de quilogramas em arrobas adotei o padrão usual no Brasil de equivalência de 01 arroba a 15 quilos.

⁹ Cf. Tabela A1, Anexos, em: WEISTEIN (1993, p. 303). Os dados são apresentados ano por ano, comparando as quantidades de borracha, cacau e castanha-do-Pará, em quilogramas, que transformei em arrobas.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

valores exportados pela província baiana no oitocentos, ainda não havia alcançado a importância que viria a ter a partir da última década do século XIX, adentrando o século XX.¹⁰ Entre os anos de 1840 a 1856, por exemplo, as exportações do cacau baiano somaram 134.561 arrobas, ao passo que o cacau oriundo da província grão-paraense totalizara 3.308.535. Da mesma forma que, ao longo desse período, as arrobas exportadas pela Bahia renderam em mil-réis a quantia de 435:971\$, ao passo que o cacau saído de Belém do Pará somou a quantia de 8:190:980\$.¹¹ Apesar do crescimento significativo da produção cacauaieira no sul da Bahia e, portanto, da participação baiana no comércio de exportação do cacau brasileiro, ao longo das últimas décadas do século XIX, saltando de 1.733 arrobas em 1835 para 95.666 arrobas em 1870, somente em 1890, segundo dados de Timothy Walker, a quantidade de cacau exportado pela província baiana superaria a do cacau amazônico, sendo a produção daquela de 233.466 arrobas e a da Amazônia da ordem de 225.666 arrobas. Em 1900, a diferença entre o cacau exportado pela Bahia e Pará já conhecia diferença grande em favor daquele estado. A Bahia havia negociado 875.400 arrobas, o Pará 205.666. Lembrando que duas décadas antes, em 1880, o volume de arrobas exportado pelo Grão-Pará, 208.066, fora quase o dobro da negociada pela Bahia, 111.200.¹² Enfim, ainda que nos falte dados mais consolidados, ao longo de quase todo o século XIX, o cacau oriundo da Amazônia se constituía na maior parte do cacau exportado pelo império brasileiro.

Havendo exportação, obviamente havia produção. De um modo geral, na província grão-paraense os cacauais se encontravam nas proximidades de Belém, bem como nas margens do rio Amazonas em grande parte de sua extensão, nas margens do rio Tocantins (Baixo Tocantins) e do rio Tapajós (Baixo Amazonas), se fazendo presentes igualmente nas terras da Província do Amazonas. Embora sua produção pudesse ser maior em termos de quantidade e melhor em termos de qualidade, se adotando técnicas de cultivos mais modernas e racionais, segundo o juízo de vários viajantes e autoridades provinciais, alguns deles citados neste artigo, a dita produção seria garantida pela coleta nos cacauais silvestres ou agrestes (cacau bravo), que constituiriam “plantios primitivos” nas fazendas da região, como bem sinaliza Francivaldo Nunes,¹³ e, principalmente, pelo cacau colhido dos cacauais cultivados (cacau manso). Restando saber de forma mais efetiva, no entanto, se o cacau exportado em sua grande maioria, ao longo do século XIX, seria cultivado, ainda que a historiografia mais recente sobre a cultura cacauaieira aponte de um modo mais geral para o predomínio do cacau cultivado. Acontece

¹⁰ Sobre a cultura cacauaieira, ainda no século XIX, ver: ALMEIDA (1904); SOUZA (1852). Sobre a importância da cultura cacauaieira na Bahia, ver, entre outros trabalhos, WALKER (2007); MAHONY (2008); GONÇALVES (2017).

¹¹ Somas feitas a partir dos dados em SCULLY (1866, pp. 39, 345).

¹² Cf. WALKER (2007, p. 92). Os dados apresentados por Walker estão em toneladas, que transformei em quilogramas e depois em arrobas.

¹³ Cf. NUNES (2014). Ver, ainda: NUNES (2011).

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

que, quase sempre não indo além da análise década de 1860, bem como não apresentando evidências mais sólidas, a tese da predominância do cacau cultivado na produção e exportação grão-paraense, ainda que não seja inexata, carece melhor fundamentação em relação ao período de 1820 até 1888.¹⁴ Neste sentido, fazendo uso de fontes impressas e manuscritas, literárias ou quantitativas, inclusive inventários e testamentos, com maior largueza e abrangência, ao mesmo tempo em que mantendo o foco na cultura cacauera, talvez seja possível superar a natureza quase que intuitiva da ideia da importância e predominância do cacau cultivado, formulando-a de maneira mais precisa.

Até porque, se já existe um historiografia significativa acerca da cultura do cacau relativa ao período colonial, destacando-se o estudo de Dauril Alden sobre a produção do cacau na Amazônia colonial portuguesa, bem como os trabalhos já realizados por Rafael Chambouleyron para o século XVII e primeiras décadas do setecentos, além de outras contribuições historiográficas já citadas neste artigo, no que tange o século XIX não seria possível dizer o mesmo.¹⁵ Particularmente em relação ao período posterior de 1820, e, mais ainda, em relação a segunda metade do oitocentos as investigações sobre a cultura cacauera ainda são poucas e, mesmo assim, diluídas em trabalhos que tratam da agricultura ou da economia da região amazônica, sejam em estudos mais antigos ou até mais recentes da historiografia. Entre os trabalhos mais antigos de história econômica temos, por exemplo, *A antiga produção e exportação do Pará*, datada de 1914, escrita por Manoel Barata, que tratou do cacau entre outros tantos produtos agrícolas exportados pelo Pará desde o período colonial até meados do século XIX (BARATA, 1973, pp. 293-332). Sendo o caso também do trabalho de Roberto Santos, *História econômica da Amazônia (1800-1920)*, publicado em 1980, que acabou sendo efetivamente uma história econômica da borracha na Amazônia, dispensando pouca atenção aos demais produtos, entre eles o cacau (SANTOS, 1980). Já entre os estudos mais recentes, Francivaldo Nunes, realizando investigações acerca da história da agricultura na Amazônia, não poderia deixar de tratar do cacau, mas sempre dentro de uma perspectiva mais ampla. Francisco de Assis Costa, em seu estudo sobre a formação rural extrativista na Amazônia, também se referiu ao cacau dentro de uma perspectiva mais ampla, dando mais atenção à borracha. Daniel Barroso, por sua vez, tratou da cultura do cacau dentro de seus estudos sobre demografia e família escrava no Baixo Tocantins e em torno de Belém, inclusive em artigo escrito junto com Luiz Laurindo, não sendo, no entanto, o foco de seu trabalho.

¹⁴ Sobre a historiografia que aponta para o predomínio do cacau cultivado no século XIX, ver, além dos trabalhos já citados de Francivaldo Nunes: BARROSO (2017); BARROSO (2014); BARROSO; LAURINDO JUNIOR (2017). Ver, ainda: BARBOSA (2018). Para uma leitura distinta, dando ênfase no cacau silvestre, ver: COSTA (2012). Também ver: GOMES (2018).

Inclusive, em seu artigo sobre o cacau bravo e o cacau manso no Baixo Tocantins, cujo marco temporal não vai além de 1850, o foco principal era de fato o estudo da família e demografia escrava, ainda que tratasse da cultura cacauzeira. Enfim, Thimoty Walker, em artigo sobre trabalho escravo e a produção do cacau na Amazônia e Bahia, embora apontando dados relativos ao século XIX, se limitou no caso da região amazônica a tratar do cacau apenas em relação ao período colonial, reservando ao cacau baiano suas análises para o século XIX, apesar da pouca importância deste ao longo de quase todo o oitocentos se comparado com a produção e exportação do cacau amazônico. Da mesma forma que, restringindo sua análise do cacau amazônico ao período colonial, parece-nos compreender a sua produção nos marcos tão somente da escravidão indígena, dando pouca atenção ao uso da escravidão de origem africana nos cacauais amazônicos a partir da segunda metade do século XVIII.¹⁶

CACAUAIS AMAZÔNICOS: AGROEXTRATIVISMO, POLICULTURA E ESCRAVIDÃO

Da escravidão indígena à escravidão africana, no período colonial a coleta do cacau silvestre e o cultivo do cacau se basearam no trabalho escravo, mas não unicamente. Até porque, havendo o fim da escravidão indígena a partir de 1755, com a efetiva introdução de africanos escravizados desde então, os trabalhadores indígenas livres, sujeitos a alguma forma de trabalho compulsório, continuariam trabalhando nas plantações de cacau, bem como na coleta, ao lado dos escravos negros.¹⁷ Neste sentido, é importante lembrar que desde a década de 1970 com os estudos de Vicente Salles, de Anaíza Vergolino e de Napoleão Figueiredo, e mais detidamente nas décadas seguintes, anos 80 e 90 do século XX, com os trabalhos de Rosa Acevedo e Edna Castro, de Arlene Kelly-Normand e de Eurípedes Funes, a historiografia tratando da presença escrava de origem africana na região amazônica fez referência à coleta e plantio de cacau.¹⁸ Analisando a região do Baixo Amazonas, Rosa Acevedo e Edna Castro apontaram o predomínio da distribuição dos escravos entre os donos de pequenos e médios plantéis, o que não significava necessariamente a predominância entre os ditos senhores de pequenas e médias propriedades rurais, haja vista que a posse de modestos plantéis de trabalhadores escravos não limitava obrigatoriamente as atividades de cultivo ou coleta de cacau nas fazendas. Daí que, por exemplo, a

¹⁵ Cf. ALDEN (1976); CHAMBOULEYRON (2012, 2014a, 2014b, 2014c), bem como: CHAMBOULEYRON, LIMA, IGLIORI (2009) e CHAMBOULEYRON, ARENZ (2017); BARROSO (2017); BARROSO (2014); BARROSO, LAURINDO JUNIOR (2017). Ver, ainda: BARBOSA (2018) e WALKER (2007).

¹⁶ Os trabalhos desses diversos autores já foram citados ao longo deste artigo.

¹⁷ Ver a respeito BEZERRA NETO (2012).

¹⁸ Cf. SALLES (1988); VERGOLINO-HENRY, FIGUEIREDO (1990); ACEVEDO MARIN, CASTRO (1998); KELLY-NORMAND (1988); FUNES (1995).

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

Irmandade de Santa Anna de Óbidos, vila do Baixo Amazonas, possuía um cacau com mais de 16.000 pés, que era cuidado por apenas 9 escravos (ACEVEDO MARIN, CASTRO, 1998, p. 48).

Mas, segundo o naturalista Henry Bates, os proprietários de fazendas de cacau e de gado de Óbidos eram “geralmente pobres”, devido aos métodos “mais primitivos” e “mais empíricos” usados em suas propriedades, havendo somente um pequeno número de proprietários que haviam conseguido enriquecer, “usando de um pouco de engenho e habilidade na administração de suas propriedades” (BATES *apud* FUNES, 1995, pp. 59). Funes acredita que a observação feita por Bates possa ser estendida para as demais áreas do Baixo Amazonas, nomeadamente Alenquer e Santarém, “onde também os proprietários eram de baixo poder aquisitivo e estilo de vida simples, com raras exceções; entre elas o Barão de Santarém” (FUNES, 1995, pp. 59-60). Enquanto personagem representativa dos ricos proprietários de terras e escravos, Miguel Antônio Pinto Guimarães, Barão de Santarém, quando veio a falecer, possuía 50 escravos. O Barão fora proprietário do Engenho Taperinha, em sociedade com o norte-americano R. J. Rhomes, ainda que o cultivo da cana-de-açúcar não fosse atividade destacada na região. Por outro lado, enquanto indício das imbricadas relações sociais e econômicas existentes na Região Amazônica, o Barão de Santarém havia construído boa parte de sua fortuna a partir do comércio, fazendo largamente o uso da exploração do trabalho de tapuios e índios, empregados na atividade pesqueira sob seu serviço. Sobre o fato, Ave-Lallemant conta que Miguel Antônio Pinto Guimarães, “dirigindo sua própria canoa na qual *seu pessoal tapuia* se entregava à pesca; chegou a acumular uma fortuna de cerca de 300.000 telares, com uma indústria tão simples” (AVE-LALLEMANT *apud* MARIN & CASTRO, 1998, p. 55).

Então, em relação ao Baixo Amazonas os plantéis de escravos mais modestos estariam presentes nas plantações de cacau, ao passo que nos engenhos, tais como o de Barão de Santarém, haveria plantel de cativos com número bem maior. Arlene Kelly-Normand, analisando o Baixo Tocantins, também sugeriu que os maiores plantéis estavam localizados nos engenhos e depois nas engenhocas (KELLY-NORMAND, 1988). Em meu estudo anterior sobre a escravidão negra no Grão-Pará, também já havia sinalizado que, desde a segunda metade do século XVIII e ao longo do oitocentos, os maiores plantéis de trabalhadores escravos também se situavam nos engenhos de açúcar, existentes nas principais áreas de concentração da população escrava na província grão-paraense: Zona Guajarina em torno de Belém; Baixo Tocantins; arquipélago do Marajó; Baixo Amazonas e Nordeste Paraense, na zona fronteira com o Maranhão (BEZERRA NETO, 2012). Enfim, estudos mais recentes de Sônia Nascimento e Daniel Barroso também tem indicado a presença de plantéis escravos maiores nos engenhos de açúcar nas regiões da Zona Guajarina, em torno de Belém, e do Baixo Tocantins.¹⁹

¹⁹ Cf. NASCIMENTO (2016) e MEDEIROS (2017), além de outros já citados neste artigo.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

Por outro lado, nos anos 1960/1970, mesmo não enfocando o estudo da escravidão, o historiador Ernesto Cruz já havia chamado atenção para a importância dos engenhos na província paraense.²⁰ Importância dos engenhos também já investigada pelo arqueólogo Fernando Marques, em tese datada de 2004, demonstrando as técnicas e tecnologias de produção utilizadas (MARQUES, 2004). Importância essa, contudo, que não se traduziu ao longo do oitocentos na exportação do açúcar em termos significativos, sendo em larga medida a província grão-paraense um fornecedor residual de açúcar no conjunto das exportações nacionais, havendo até mesmo a importação do açúcar pernambucano para atender as demandas de consumo na província, sendo o açúcar um produto de pequena monta comparado à produção de aguardente ou cachaça pelos engenhos e engenhocas, bebida largamente consumida na Amazônia desde o século XVII.²¹ Da mesma forma que uma maior concentração de maiores plantéis cativos nos engenhos, em comparação a plantéis escravos menores nas fazendas de cacau, à primeira vista, pode ser uma visão da realidade aparentemente enganadora.

Na região amazônica, mesmo os engenhos de açúcar, inclusive os de maior grandeza, desde o período colonial jamais foram monoculturas, ainda que houvesse a primazia do cultivo da cana-de-açúcar e fabrico do açúcar e da aguardente. Por duas razões. Primeiro, porque não haveria necessária e obrigatoriamente a dissociação das atividades extrativistas das agrícolas. Ainda que haja toda uma tese acerca da vocação extrativista da Amazônia e sua inaptidão para as atividades rurais de natureza agrária, de fato o extrativismo não implicava uma falta de opção agrícola, e nem o avanço de uma se fazia em detrimento de outra. Mas, antes de tudo, atividades que existindo, coexistiam.²² Os cacauais são exemplos disto, não sendo às vezes possível, à primeira vista, nos inventários, inferir quais seriam “plantios primitivos” ou cacauzeiros agrestes e cacau cultivado na mesma fazenda. Da mesma forma que, por exemplo, atividades de caça, de pesca, de coleta ou de extração de produtos da floresta, como copaíba, andiroba, açaí, castanhas e borracha, entre outros, podiam estar presentes nos engenhos, em suas margens ou áreas de floresta. Nas últimas décadas do século XIX, por exemplo, as seringueiras nativas há muito existentes em terras de engenho ou de fazendas de criação de gado (no Marajó), passaram a ser exploradas e valorizadas nos inventários com o crescimento cada vez maior dos negócios da borracha, sem que necessariamente houvesse o abandono das demais atividades.²³ Daí pensar o mundo rural amazônico a partir da perspectiva do agroextrativismo, entrelaçando extrativismo animal e vegetal com cultivos e criação, quando falamos dos engenhos, engenhocas, sítios, fazendas, com lavouras de açúcar, tabaco, algodão,

²⁰ Cf. as obras de CRUZ (1967 e 1973).

²¹ Sobre a importação de açúcar de Pernambuco, bem como a produção de cachaça na segunda metade do século XIX, ver MACÊDO (2014).

²² Ver a respeito HOMMA (2014, 2000, 1993). Ver também DRUMMOND (1996).

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

café, cacau, arroz, feijão e roças de mandioca, entre outros produtos, inclusive de criação de gado.²⁴ Perspectiva essa que a historiografia sobre a Amazônia vem indicando já faz algumas décadas, desde pelo menos os anos 90 do século XX.²⁵

Para além das relações entre as atividades extrativistas e as agrícolas e/ou criatórias, outra razão para inexistência em larga medida da monocultura nas propriedades rurais amazônicas seria a presença de diversas culturas coexistindo em maior ou menor importância. A policultura, ao invés da monocultura, seria a regra. Neste sentido, mesmo em terras de engenhos era comum existir outras culturas, tais como o arroz, o tabaco ou o café. Não sendo ausente o cacau. Também havia engenhos em que os cativos dedicavam-se a atividades artesanais, tal como no Engenho São José, no rio Capim, quando não empregados na extração de madeiras e coleta de produtos das florestas situadas dentro da propriedade ou em áreas adjacentes, havendo a associação entre agroextrativismo e policultura. No Engenho de Murutucu nas proximidades de Belém, por sua vez, existia “para mais de seis estradas de borracha e 8.000 pés de cacau e alguma madeira real para construção” (CRUZ, 1967, pp 135-137). Nas propriedades do Baixo Tocantins também havia diversidade de culturas. Nas paróquias de Abaeté e Baião, por exemplo, algodão, café, arroz, açúcar e cacau constavam entre “os cinco produtos mais importantes em todas as seis paróquias”. Madeiras para construção, farinha, aguardente e milho também constituíam outros produtos comercializados pelas unidades agrícolas da região, além de certas *drogas do sertão* tais como o cravo fino de Oeiras. Em Baião, inclusive, encontrava-se “o único empreendimento industrial” da área, ou seja, uma olaria de propriedade de um escravista (KELLY-NORMAM, 1988, pp. 02-03, 06, 13).

Em Igarapé-Mirim, região antiga e tradicional de lavoura açucareira, no Baixo Tocantins, havia também o importante engenho *Nossa Senhora das Mercês*, que, segundo o inventário de José Corrêa de Miranda e de sua irmã Dona Joana Maria Ferreira, possuía “sítio com casa de vivenda, capela e engenho, com imagem de Nossa Senhora das Mercês e hum cacoal pequeno com duzentos e quarenta pés”, produzindo açúcar, aguardente, mel, café e cacau (*Apud* MEDEIROS, 2017, p. 61). Já o engenho *Menino de Deus* “com casa de vivenda, coberto de telhas, alambiques, oito coxos e duas pipas”, em suas terras tinha “hum cacoal com mil pés no igarapé Cotijuba, outro na Ilha fronteira, mil pés de café frutíferos, plantação de cacau e seringa”.²⁶ Sônia Nascimento, em seu estudo sobre os engenhos em Igarapé-Mirim, entre 1840 e 1888, também já chamara atenção para essa realidade,

²³ Ver a respeito CANCELA (2006).

²⁴ Ver a respeito BEZERRA NETO (2015).

²⁵ Ver a respeito, por exemplo, os trabalhos já citados aqui de FUNES; BEZERRA NETO; BATISTA; MACÊDO; NUNES; CANCELA; BARROSO; NASCIMENTO e CHAMBOULEYRON. Ver, igualmente, o importante trabalho de: SAMPAIO (1997).

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

quando analisando 18 inventários, verificou que “nas propriedades dos 18 senhores de escravos, 7 possuíam além de engenho de açúcar, cacauais em suas fazendas” (NASCIMENTO, 2016, p. 41).

No Baixo Amazonas, não seria diferente nos entrelaçamentos das atividades agroextrativistas e policultura. Nesta região houve o florescimento das atividades agrícolas e criatórias desde a segunda metade do século XVIII. Havendo então a cultura do cacau, além de outras atividades, tais como o cultivo do açúcar, algodão, café, arroz e a criação de gado, destacadamente o gado bovino. De fato, segundo Funes, percebe-se que, na primeira metade do século XIX, sobressaía-se o predomínio dos cacauais, somando 66 propriedades, enquanto as fazendas de gado perfaziam 04 propriedades. Já na segunda metade do século XIX, houve uma retração das atividades cacauais, com a diminuição do número de cacauais para 47 propriedades, ainda que atividade economicamente importante na região. No entanto, deve ser observado que, ao longo de todo o século XIX, existiam propriedades caracterizadas tanto pela presença das atividades cacauais como pela criação de gado bovino, sendo que na primeira metade do oitocentos somavam 10 propriedades, enquanto, na segunda metade, o seu número aumentou para 43 propriedades. A permanência da exploração econômica do cacau, revelando-nos sua importância, associava-se ao crescimento das atividades criatórias na região (FUNES, 1995).

Sobre a policultura, associada ao agroextrativismo, nos sertões da Amazônia, parte da historiografia nas últimas três décadas tem igualmente chamado atenção.²⁷ Ao lado do agroextrativismo e da policultura, a escravidão também é outro eixo importante para se compreender a investigação da cultura do cacau na Amazônia, destacadamente na Província do Grão-Pará ao longo do oitocentos. Lembrando ainda que, não somente na região amazônica, mas, nas plantações de cacau no sul da Bahia, também se fizera uso do trabalho escravo de origem africana em seu cultivo durante o século XIX.²⁸

Reconhecendo a importância da cultura cacauera na província grão-paraense ao longo do século XIX, não seria possível tal reconhecimento sem investigar a presença escrava nos cacauais, ainda que os trabalhadores escravos não estivessem sozinhos, cultivando, colhendo ou coletando o cacau. Lá estavam, por exemplo, os trabalhadores indígenas que mesmo livres dividiam não só o trabalho na cultura do cacau, mas, também, nas fazendas e engenhos compartilhavam os mundos do trabalho em outras atividades com os escravos. Neste contexto, compreendemos porque certo Sr. Calixto, dono de engenho na região do Rio Capim, com lavouras de

²⁶ Centro de Memória da Amazônia. 4º Vara Cível/ Cartório Leão. Inventário de Dona Joana Tereza Rodrigues Chaves, 1816.

²⁷ Ver a respeito, por exemplo, os trabalhos já citados aqui de: FUNES; SAMPAIO; BEZERRA NETO; CHAMBOULEYRON; BATISTA; MACÊDO; NUNES; CANCELA; BARROSO; NASCIMENTO; COSTA; BARBOSA. Bem como: CHAMBOULEYRON (2010). ANGELO-MENEZES (2000, 1999, 1994).

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

arroz e de cana-de-açúcar, sendo dono de “cerca de 50 escravos, de todas as idades”, igualmente utilizava do trabalho de índios em sua propriedade desde que postos para trabalhar juntos com aqueles.²⁹ Segundo o viajante e naturalista Alfred Russel Wallace, que em meados do século XIX ficou hospedado nas terras de Calixto, este lhe explicara que botava os índios para trabalharem com os escravos por ser esta a forma, melhor “do que qualquer outro sistema”, pela qual conseguia “melhor e maior rendimento de trabalho” dos indígenas (WALLACE *apud* SALLES, 1988, p. 147).

Segundo Wallace, Calixto lhe teria explicado que os “índios não se submetem bem à disciplina, quando trabalham sós; porém, quando trabalham juntamente com os escravos, que têm horas certas para começar e deixar o serviço, bem como tarefas marcadas para realizar, eles se submetem a todas as exigências, executando alegremente as mesmas obrigações (WALLACE *apud* SALLES, 1988, p. 147)”. Podemos suspeitar da visão idílica do dito senhor de engenho sobre o processo de exploração a que submetia seus trabalhadores escravos e índios. Mas, Calixto era partidário do trabalho escravo, tanto que “ele compra escravos, mas nunca vende nenhum, senão como última punição por conduta incorrigivelmente má”, o que deveria ser muito difícil de acontecer, haja vista que o dito senhor se gabava de saber disciplinar seus escravos (WALLACE *apud* SALLES, 1988, p. 147).³⁰

Sobre a escravidão negra na província do Grão-Pará já havia analisado a mesma em trabalho anterior, destacando sua importância na economia da região, criticando a compreensão da Amazônia apenas como “espaço periférico” em relação ao centro-sul, cuja compreensão entende a realidade amazônica a partir dos modelos construídos sobre as sociedades existentes no “centro” (bezerra neto, 2012).³¹ Nos últimos anos, aliás, a historiografia brasileira vem revendo para diversas regiões justamente a relação entre plantations e escravismo como único viés possível, examinando a importância do trabalho escravo em áreas econômicas não pautadas ou caracterizadas como de plantations, revelando as muitas faces da escravidão no território brasileiro,³² inserindo-se aqui a proposta desta investigação, atentando para as especificidades da economia amazônica que entrelaçava atividades criatórias, culturas agrícolas e extrativismo.

²⁸ Sobre a escravidão na lavoura do cacau no sul da Bahia, ver, além dos trabalhos já citados, MAHONY (2015, 2001). Bem como: ANDRADE (2014) e CRUZ (2012).

²⁹ Para a história de Calixto, bem como a citação, ver SALLES (1988, p. 146).

³⁰ Salles, como já dito antes, utilizou a edição de 1939 da obra de Wallace. Neste caso, no entanto, não há diferenças de tradução em relação à edição de 1979 da mesma obra. Nesta última tradução se lê: “O Sr. Calisto assegurou-me que ele apenas compra escravos, mas que jamais os vende, salvo como último recurso punitivo, nos casos de conduta incorrigivelmente má”. Cf. WALLACE (1979, p. 82).

³¹ Ver também: BEZERRA NETO (2000, 2009); LAURINDO JUNIOR; BEZERRA NETO (2018); LINHARES DA SILVA; BEZERRA NETO (2020).

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

Enfim, nas propriedades com cacauais, para além de sujeitos livres, indígenas ou agregados, havia a presença de trabalhadores escravos. No inventário de Luiz Ferreira e Sebastiana Antônia da Costa, datado de 1859, por exemplo, foram listados 30 escravos, 11 deles adultos em idade produtiva (4 homens e 7 mulheres), cuidando de um “sítio com casa de vivenda coberta de palha e hum engenho de moer cana, [que] tem diversas arvores frutíferas e cacau em huma sorte de terras”; bem como de outra “sorte de terras no igarapé Penacuru, [com] 1044 pés de cacauzeiros e algumas frutíferas, próximo ao engenho”, além de outra “sorte de terras no igarapé Sumaura, no rio Paraquera, no districto de Abaité, com pés de cacau, arvores frutíferas e dois canaviais”, havendo ainda um “sítio denominado de São Raymundo no rio Paraquera, com casa de vivenda coberta de palha, com huma sorte de terras que principia o igarapé, com pés de cacau e mais arvores frutíferas”.³³ Já no inventário de José Hilário da Costa foram arrolados 9 cativos, 4 deles em idade produtiva (3 homens e 1 mulher), possuindo o dito senhor um “sitio denominado Nazareth em terra de Piquiarauá [com] huma sorte de terras com casa de vivenda coberta de telha com três mil pés de cacau, algumas arvores frutíferas”.³⁴

Para além desses exemplos, a historiografia mais recente sobre a presença escrava nos cacauais no Grão-Pará, já citada neste artigo, embora não elegendo a cultura cacauaieira como foco de suas investigações, tem sugerido que os plantéis escravos nas plantações de cacau seriam pequenos, com algum predomínio de mulheres e crianças, dada a natureza do trabalho com os cacauzeiros, ao passo que plantéis maiores e com maior predomínio de homens existiriam nas propriedades com engenhos, ainda que nestas houvesse igualmente a policultura e agroextrativismo, inclusive arvores de cacau.³⁵ No caso dos cacauais, abrangendo um período mais largo de tempo, 1820-1888, trabalhando com um leque mais variado de fontes, inclusive uma quantidade maior de testamentos e inventários, seria importante inquirir efetivamente sobre a natureza dos plantéis cativos. Se de fato seria tão-somente plantéis pequenos? Ou, ainda, com a predominância de mulheres e crianças cativas? Até mesmo, sendo possível, estabelecer a partir da historiografia, no caso baiano, uma análise comparativa entre o trabalho escravo nos cacauzeiros nas províncias grão-paraense e baiana. São temas e questões ainda por responder em trabalhos futuros. Sendo, nesta notícia histórica, minha intenção reter a compreensão da importância do cacau na economia do Grão-Pará oitocentista, pressupondo que sem o acesso ao trabalho escravo, ainda que houvesse uso de trabalhadores livres, não teria sido possível essa mesma importância.

³² Cf., por exemplo, CHRISTILLINO; BRANDAO (2014).

³³ Cf. Inventário de Luiz Ferreira Voz e Sebastiana Antônia da Costa, ano: 1859. CMA/UFPA. Caixa número: 855.638.816.788-341. 2ª Vara Cível. Cartório Odon.

³⁴ Cf. Inventário de José Hilário da Costa, ano: 1860. CMA/UFPA. Caixa número: 855.638.816.788-341. 2ª Vara Cível. Cartório Odon.

³⁵ Ver, por exemplo, os trabalhos já citados de NUNES; BARROSO; BARROSO & LAURINDO JUNIOR; NASCIMENTO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse na investigação da cultura cacauera no Grão-Pará, ao longo do período de 1820 a 1888, merece ainda alguma explicação. O início da década de 1820, período final do estudo de Alden sobre o cacau amazônico, como tempo inicial desta investigação foi escolhido por duas razões: primeiro, porque na década de 1820 houve a recuperação das exportações do cacau venezuelano no mercado internacional, refluindo então de alguma forma a exportação do cacau amazônico (ALDEN, 1976). Me explico melhor: embora parte da historiografia indique a partir de então a decadência da cultura cacauera na província grão-paraense, destacando outros produtos agrícolas, principalmente o açúcar na primeira metade do século XIX, e, posteriormente, o advento da borracha como principal *commodity* a partir da segunda metade do oitocentos, eclipsando a importância da produção e exportação do cacau,³⁶ é possível rever essas afirmações.

Os números apresentados por estudos mais recentes, ainda que incompletos e quando muito limitados à década de 1860,³⁷ bem como já indicados neste artigo compreendendo anos posteriores são indicativos da necessidade de problematização desse sombreamento, permitindo compreender a importância da cultura cacauera. Da mesma forma que, ao inferir a decadência da cultura do cacau amazônico a partir da retomada das exportações do fruto venezuelano, não se explica como um produto em decadência continuou sendo a principal *commodity* amazônica até meados do século XIX e, posteriormente, a segunda *commodity* na pauta de exportações com o crescimento dos negócios da borracha. Ao passo que, no plano nacional, até fins do oitocentos, o cacau oriundo do Grão-Pará continuaria sendo a maior parte do cacau exportado pelo Brasil. Ou seja, ao que tudo indica, a retomada do cacau venezuelano no plano internacional, ainda que acarretando perdas, bem como uma possível retração conjuntural nas exportações de cacau da província grão-paraense, não teria implicado uma crise da cultura do cacau, com o abandono dos cacauais. Até porque os números já indicados apontam em sentido contrário, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. A crise, havendo, somente ocorreria já no século XX com aumento considerável da produção e exportações do cacau cultivado no sul da Bahia.³⁸

Segundo, a escolha do período de 1820 a 1888, para além da problematização do sombreamento já indicado, também faz sentido quando Alden aparentemente alegou encerrar seu estudo sobre o significado da produção do cacau na Amazônia portuguesa e/ou luso-brasileira, em 1822, porque os dados que haviam

³⁶ Ver a respeito, por exemplo, os estudos já citados de CRUZ; SANTOS e WEISTEIN.

³⁷ Cf., por exemplo, os trabalhos já citados de NUNES; BARROSO; BARROSO & LAURINDO JUNIOR; BATISTA e COSTA.

³⁸ Ver a respeito os dados apresentados por WALKER, 2007.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

fundamentado sua análise deixavam de existir quando da independência brasileira de Portugal, inclusive apontando que a época de ouro do cacau brasileiro de origem amazônica já havia passado (ALDEN, 1976, p. 131). Mas os dados, como já apontados neste artigo, ainda que carecendo de maior crítica e consolidação existem, permitindo o estudo do cacau no oitocentos, apontando perspectiva distinta daquela indicada por Alden. Enfim, não resta dúvida acerca da importância do cacau e de sua cultura na Amazônia oitocentista, sendo sua produção e comércio responsável pelo abastecimento da região, não somente para exportação, havendo inclusive a fabricação de chocolate em Belém do Pará, na segunda metade do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas. Guardiães de Matas e Rios*. Belém: Cejup; Naea/UFGA, 1998.
- ALDEN, Dauril. The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: An Essay in Comparative Economic History. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Apr. 15, 1976, Vol. 120, No. 2, pp. 103-135.
- ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. Memoria sobre a cultura de cacau. *Jornal da Sociedade d'Agricultura*, v. IV, 1846, in: *Gazeta de Ilhéus*, 30 outubro de 1904;
- ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade: das alforrias na lavoura cacauzeira (Ilhéus, Bahia, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2014.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos Conceituais do Sistema Agrário do Vale do Tocantins. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 2000, pp. 91- 122;
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. O Sistema Agrário do Vale do Tocantins Colonial: agricultura para consumo e para exportação. *Revista Projeto História, Espaço e Cultura*, 1999, pp. 237 - 258.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins*. Tese de doutorado. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1994.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 30, 2004.
- BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará*. In: BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1973, pp. 293-332.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

BARBOSA, Carlos. *Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: agricultura no Grão-Pará Setecentista (1730-1822)*. Belém: Programa de Pós-graduação em História/IFCH/UFPA, 2018. Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia.

BARROSO, Daniel de Souza. *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2017. Tese de Doutorado em História Econômica.

BARROSO, Daniel Souza. *Coletando o cacau “bravo”, plantando o cacau “manso” e outros gêneros: um estudo sobre a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins (Grão-Pará, 1810-1850)*. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

BARROSO, Daniel Souza; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. *Revista Tempo*. Vol. 23, n. 3, Set./Dez. 2017, pp. 576-588.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 - c. 1870*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, Dissertação de Mestrado.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII - XIX)*. 2ª ed. revisada e ampliada. Belém: Editora Paka-Tatu, 2012.

BEZERRA NETO, José Maia. Entre Senzalas e Seringais: Escravidão, capitalismo e crescimento econômico no Brasil (Pará: 1850-1888). *História e-História*, publicado em 09/12/2009.

BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo, sempre fugindo. Escravidão, fugas escravas e fugitivos na Província do Grão-Pará (1840-1888)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Campinas: Unicamp, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil – Grão-Pará: 1850 – 1888)*. Tese de Doutorado em História São Paulo: PUC/SP, 2009;

BEZERRA NETO, José Maia. Para além da floresta: O mundo rural amazônico em Spix e Martius (1819-1820). In: KETTLE, Wesley; NUNES, Francivaldo Alves (Org.). *Sobre as pegadas de Spix e Martius: 200 anos*. Curitiba: CRV, 2020, pp. 17-36.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Relações Familiares na Economia da Borracha- (Belém- 1870-1920)*. Tese de doutorado de História. São Paulo: USP, 2006.

CARRERA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. 2 volumes. São Paulo: Companhia Editora Nacional - Instituto Nacional do Livro, 1988.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Açaí/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia/ Centro de Memória da Amazônia/UFPA, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *O plantio do cacau na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)*. <https://landsoverseas.files.wordpress.com/2015/04/chambouleyron2012-plantiocacau-paper.pdf>. 2012, pp. 01-09. Consulta feita em 23 de novembro de 2019.

CHAMBOULEYRON, Rafael. As 'fazendas de cacau' na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). In: CHAMBOULEYRON, Rafael. "Como se hace en Indias de Castilla". El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). *Revista Complutense de História de América*, 2014, v. 40, pp. 23-43.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Cacao, Bark-Clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review* (ONLINE), 2014, v. 51, pp. 1-35.

CHAMBOULEYRON, Rafael; LIMA, Alam da Silva; IGLIORI, Danilo Camargo . Plata, paño, cacao y clavo. "Dinero de la tierra" en la Amazonía portuguesa (c. 1640-1750). *Fronteras de la Historia*, 2009, v. 14, pp. 205-227.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Frontier of Expansion, Frontier of Settlement: Cacao exploitation and the Portuguese colonisation of the Amazon region (17th & 18th Centuries). *Commodities of Empire - Working Papers*, 2017, v. 29, pp. 1-24.

CHRISTILLINO, C. L.; BRANDAO, T. M. P. (Org.). *Nas bordas da plantation: agricultura e pecuária no Brasil Colônia e Império*. Recife: Editora da UFPE, 2014, v. 1, pp. 19-40.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, 2 vol.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. 2 vol. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967; CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. 2 vol. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

COSTA, Francisco de Assis. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, jan.-abr. 2010, pp. 167-206.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA, 2012. (Coleção Economia Política da Amazônia. Série III - Formação histórica, v. 1).

CRUZ, Ronaldo Lima da. *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia, 1880-1900*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 2012.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 07, Dossiê "História da alimentação e do abastecimento na Amazônia", p. 27 - 49 Maio / 2020.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

- DENIS, M. Ferdinand. *Histoire du Brésil*. Paris: Rue et Place Saint-André des Arts, 1833.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2 volumes. Belém: Editora da UFPA, 1970.
- DRUMMOND, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, jul. 1996, pp. 115-137.
- EDWARDS, William H. *A Voyage up the River Amazon including a residence at Pará*. New York: D. Appleton & Company; Philadelphia: Geo. S. Appleton, 1847.
- FUNES, Eurípedes. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. *História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, v. 13, n. 1, jan.-abr. 2018, pp. 129-146.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)*. Campinas: Unicamp, 1997, Tese de Doutorado.
- GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéos, 1806-1888)*. Ibicaraí/ BA: Via Litterarum, 2017.
- GRAM-PARÁ, Governo da Província do. *Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Província do Gram-Pará ao Excellentíssimo Senhor Visconde de Arary 1º Vice-Presidente, em 6 de agosto de 1868*. Pará: Typographia do Diário do Gram-Pará, 1868.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama (Ed.). *Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação*. Brasília: Embrapa, 2014, pp. 17-43;
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Amazônia: os limites da opção extrativista. *Ciência Hoje*, v. 27, n. 159, abr. 2000, pp. 70-73;
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília-DF: Embrapa, 1993.
- KELLY-NORMAND, Arlene M. “Africanos na Amazônia: Cem anos antes da abolição”. In: *Cadernos do CFCH (UFPA)*, nº. 18, 1988, pp. 01-21.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

- LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; BEZERRA NETO, José Maia. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). *História* [online], vol.37, 2018, pp. 01-30;
- LINHARES DA SILVA, Debora; BEZERRA NETO, José Maia. "Escrava que fui, deixo esse meu testamento". Alforrias em Belém na segunda metade do século XIX. *Faces da História*, v. 6, n. 1, jun. 2019, pp. 12-38.
- MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do que se come. Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- MAHONY, Mary Ann. Creativity Under Constraint: Enslaved Families in Brazil's Cacao Area, 1870-1890. *Journal of Social History*, v. 41, n. 3, 2008, pp. 633-66.
- MAHONY, Mary Ann. Mulher, família e estatuto social no sul da Bahia: entre a escravidão e a liberdade (c.1850-c.1920). In: LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr L. (Orgs.). *Família e demografia em Minas Gerais, 1600-1920*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, pp. 295-329.
- MAHONY, Mary Ann. "Instrumentos necessários": escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX. *Afro-Ásia*, n. 25-26, 2001, pp. 95-139.
- MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Modelo da Agroindústria Canavieira no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- MEDEIROS, Juliana do Nascimento. *Escravidão, engenhos e engenhocas no Pará: Perfis de propriedade escrava e atividades econômicas (Zona Guajarina e Baixo Tocantins 1810-1850)*. Monografia de graduação em História. Belém: Faculdade de História/IFCH/UFPA, 2017.
- NASCIMENTO, Sônia Viana do. *Igarapé-Miri: A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (1843-1888)*. Dissertação de Mestrado. Belém: Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/IFCH/UFPA, 2016.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivado: Estado imperial e agricultura na Amazônia*. Tese (Doutorado em História Social) Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011.
- NUNES, Francivaldo Alves. Agricultura na Amazônia oitocentista: produção rural e interpretação dos agentes públicos. *Outros Tempos*, 2014, vol. 11, n.17, pp. 1-17.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 11, maio 1979.
- PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Apontamentos para a formação de hum roteiro das costas do Brasil, com algumas reflexões sobre o interior das províncias do litoral, e suas produções*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1848.

A Cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: Uma notícia histórica

José Maia BEZERRA NETO

- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará. Sob o regime da escravidão*. Brasília: Ministério da Educação; Belém: Secretaria de Estado de Cultura - Secult; Fundação Cultural “Tancredo Neves”, 1988.
- SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. *Os fios de Ariadne. Tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1888*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1910)*. Belém: Editora Pakatatu, 2000.
- SCULLY, William. *Brazil; its provinces and chiefs cities*. Londres: Murray and Co., 13. Paternoster, 1866.
- SEIDL, Carlos. *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará para o anno de 1871*. Anno Terceiro. Belém: Carlos Seidl & C^a., 1871.
- SEIDL, Carlos. *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará para o anno de 1873*. Anno Quarto. Belém: Carlos Seidl & C^a., 1873.
- SMYTH, W. e LOWE, F. *Narrative of a journey from Lima to Pará across the Andes and down the Amazon: undertaken with a view of ascertaining the practicability of a navigable communication with the Atlantic, by the rivers Pachitea, Ucayali and Amazon*. London: John Murray, Albermale Street, 1836.
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Volume II. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- SOUZA, Joaquim Rodriguez de. *Memoria sobre a lavoura de cacau e suas vantagens principalmente na Bahia*. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1852.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano. Religião, política guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: EDUFPA, 2013.
- SUZANNET, M. Le Comte de. *Souvenirs de Voyages. Les provinces du Caucase, L'Empire du Brésil*. Paris: G. A. Dentu, imprimeur-Libraire, 1846.
- VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.
- WALKER, Timothy. Slave labor and chocolate in Brazil: the culture of cacao plantations in Amazonia and Bahia (17th-19th centuries). *Food & Foodways*, Philadelphia, vol. 15, 2007.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979 (Coleção Reconquista do Brasil, volume 50).
- WEISTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

Texto recebido em: 30/03/2020

Texto aprovado em: 21/04/2020